



SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E PEÇAS VEÍCULO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Thalita Tabata de Assis

LICITAÇÃO

Processo Nº 010/2026

Modalidade: Compra direta Nº 009/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água
24. 17 512. 0447 3. 3. 90. 36.00. 00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Fonte: 501
: 501

CONVÊNIO Nº: Não

OUTRAS INFORMAÇÕES:

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Próprio



RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972
DOCUMENTO DE FORMULAÇÃO DE DEMANDA



REQUISITANTE

Secretaria Requiritante	Setor operacional
Setor/Divisão	Operacional

OBJETO

OBJETO DO GASTO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.

JUSTIFICATIVA

Justificativa do gasto:

A presente demanda visa à aquisição de peças e à contratação de serviços de manutenção corretiva para o veículo caminhonete FIAT Strada, placa QUB-5163, integrante da frota do SAAE de Iguatama-MG.

O referido veículo é utilizado diariamente nas atividades operacionais da autarquia, tais como manutenção de redes de água e esgoto, atendimento a vazamentos, deslocamento de servidores, transporte de ferramentas e materiais, além de atendimento a ocorrências emergenciais.

Considerando o desgaste natural das peças e a necessidade de reparos identificados após verificação mecânica, torna-se imprescindível a substituição dos componentes comprometidos, bem como a execução dos serviços necessários para restabelecer as condições adequadas de funcionamento do veículo.

A ausência dessa manutenção poderá comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados pelo SAAE, ocasionando atrasos no atendimento à população, aumento de custos com reparos emergenciais futuros e risco à segurança dos servidores.

2. Impacto na Prestação dos Serviços Públicos:

A indisponibilidade dos veículos compromete diretamente a capacidade do SAAE de responder prontamente às demandas da comunidade, podendo resultar em atrasos na resolução de problemas, como vazamentos, entupimentos e interrupções no fornecimento de água. Dessa forma, a manutenção adequada da frota contribui para a melhoria da infraestrutura de saneamento básico e, conseqüentemente, para a qualidade de vida da população.

Justificativa Legal para Abertura de Processo de Compra Direta:

A abertura do presente processo licitatório na modalidade **compra direta** está em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021 artigo 75 paragrafo 7º**, que estabelece as normas gerais sobre



RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



licitações e contratos administrativos, especialmente no que se refere aos princípios da **eficiência, transparência, isonomia e competitividade**.

Objeto: serviço para manutenção em veículos.

Em observância ao disposto na **Lei nº 14.133/21**, que regula as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, apresentamos a justificativa para a abertura do processo de Compra Direta visando à Contratação de serviços de manutenção de veículos.

1. Amparo Legal

Em conformidade com o disposto com o art. 75, parágrafo 7º, da Lei Federal n.º 14.133/21, que permite a realização do Compra direta.

2. Necessidade do Serviço ou aquisição.

A manutenção do veículo caminhonete FIAT Strada placa QXJ - 7418, utilizados pelo SAAE de Igatama é fundamental para a execução das atividades operacionais da autarquia, incluindo serviços de manutenção da rede de água e esgoto, atendimento a emergências, deslocamento de equipes e transporte de materiais. A ausência dessa manutenção pode comprometer a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população, resultando em falhas operacionais, aumento de custos com reparos emergenciais e possíveis riscos à segurança dos servidores e da coletividade.

Dessa forma, justifica-se a necessidade da contratação de peças para manutenção em conformidade com o artigo 75, parágrafo 7º, da Lei 14.133/21, que exige a formalização e motivação da demanda para contratações diretas, garantindo a economicidade, a eficiência e o interesse público na aplicação dos recursos.

3. Conclusão

Diante da necessidade do fornecimento do serviço e reparo do veículo caminhonete FIAT Strada placa QUB-5163, da frota do SAAE são indispensáveis para assegurar a eficiência e segurança das operações da autarquia. A realização desse processo licitatório visa garantir a continuidade dos serviços essenciais, evitar prejuízos operacionais e manter a frota em condições adequadas de uso, beneficiando diretamente a população atendida pelo SAAE, propõe-se a abertura do Compra Direta para a aquisição dos produtos, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/21 artigo 75 paragrafo 7º.

TERMOS/CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Termos/Condições contratuais:



RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



A contratação do serviço, conforme descrição acima destina a atender a demanda do departamento operacional.

Ademais, a forma de contratação se fundamenta no princípio da economicidade, uma vez que a aquisição, por meio de Compra direta, representa a melhor solução, ou solução mais econômica para a prestação do serviço público.

GESTOR

Nome	Cargo	Tel/E-mail	CPF
Ednei Lopes Camargos	Diretor	saae.iguatama@hotmail.com (37) 99113-2329	Nº 718.296.106-78

FISCAL

Nome	Tel/E-mail	CPF
Isabelle Khristine Aparecida Peixoto	saae.iguatama@hotmail.com	Nº 122.982.696-37

RECURSO

Origem do Recurso	2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água 25. 17 512. 0447 3. 3. 90. 36.00. 00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Fonte: 501
Nome e nº do Convênio	Não existe

PRAZO

Início da Vigência	Março de 2026
Término da Vigência	Março de 2026

EXPECTATIVA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES:



RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QXJ - 7418, DA FROTA DO SAAE.

PROCESSO LICITATÓRIO			
Item	Descrição	Unidade	Quant.
01	Serviço para revisão dos freios completo	Serviço	1
02	Serviço de teste e limpeza do sistema de arrefecimento	Serviço	1
03	Serviço de scanner	Serviço	1
04	Serviço de limpeza do corpo de borboletas	Serviço	1
05	Serviço reparo no chicote elétrico	Serviço	1
06	Serviço de sangria dos freios	Serviço	1
07	Serviço retirada de vazamento de óleo do carter	Serviço	1

Iguatama, 04 de março 2026.

EDNEI LOPES
CAMARGOS:
71829610678

Assinado de forma
digital por EDNEI LOPES
CAMARGOS:718296106
78
Dados: 2026.03.04
16:01:00 -03'00'

Ednei Lopes Camargos.
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama – MG



AUTUAÇÃO

Compra direta 009/2025

Aos quatro dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sede administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama - MG, o Agente de Contratação autuou a requisição e demais documentos que compõem o Processo de Licitação inclusive este termo, que segue em anexo.

OBJETO: aquisição de serviços para manutenção de veículos Strada FIAT QUB – 5163 que compõem a frota do SAAE, por hora, para realização de manutenção de veículos utilizados nas atividades diárias no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Iguatama/MG. Em conformidade com o 75, paragrafo 7º, da Lei Federal n.º 14.133/21, conforme solicitação pelo setor operacional.

SECRETARIA REQUISITANTE:

- Setor operacional.

Vale ressaltar que os documentos que foram acostados no processo, estão de acordo com o exigido no artigo 75 inciso II da lei 14.133/21, se não vejamos:

"Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção e de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças."

Para atendimento ao inciso I, foi apresentado solicitação de abertura de processo licitatório, indicando objeto, valor, período e justificativa para a contratação equiparando ao DFD;

A contabilidade emitiu Impacto Orçamentário cumprindo assim com o disposto no inciso IV, demonstrando possuir recursos orçamentários para a contratação, também foram juntados documentos necessários para aferir a qualificação da empresa que está em dia com os cofres públicos de acordo com inciso V do artigo 72 da lei 14.133/21. Assim como foi justificado a razão do contrato e justificativa do preço em atendimento aos incisos VI e VII do artigo 72 da lei 14.133/21.



RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000

CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



O SAAE conta com apenas duas caminhonetes Fiat Strada, essenciais para a execução das atividades operacionais, laboratoriais e administrativas do órgão, onde caminhonete encontra-se inoperantes devido a falhas mecânicas e vazamento de óleo do motor, tornando urgente a realização dos reparos para evitar prejuízos na prestação dos serviços públicos essenciais.

A opção pela contratação direta é justificada pela urgência da situação e pela economicidade. A execução dos serviços de manutenção e aquisição de peças na própria cidade reduz custos com deslocamento, evitando despesas adicionais com transporte dos veículos para outra localidade. Além disso, a contratação local permite maior agilidade na conclusão dos reparos, garantindo o retorno rápido dos veículos às suas funções essenciais.

Dessa forma, com fundamento no art. 75, paragrafo 7º, da Lei Federal n.º 14.133/21, e considerando o valor do serviço dentro do limite legal para dispensa de licitação, solicita-se a aprovação da presente contratação direta para a manutenção e aquisição das peças necessárias para os veículos Fiat Strada QUB-5163 da frota do SAAE.

Por fim houve manifestação jurídica de forma positiva e autorização expressa da autoridade superior para efetivação da contratação, assim foram cumpridas todas as determinações necessárias para efetivação contratação, conforme exigido no inciso VIII e III do artigo 72 da lei 14.133/21.

Segue o processo devidamente instruído para autoridade competente para adjudicação, homologação e contratação, se esse for o entendimento.

Thalita Tabata de Assis

Agente de Contratação

SCOM - Sistema de Administração de Compras
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA
Requisição de Compras



Tipo de Requisicao Compras e Serviços Requisição 0 Status Req.
Órgão Requistante SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Requistante Final SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Solicitação de Despesa Programa de Trabalho, Código de Despesas Nº de Itens Solicitados
14/ 2026 - 1 7

Tipo de Despesa

Item	Descrição do Material / Serviço	Un.	Quantidade.	Vlr Unitário	Vlr Total
3824	Serviço de limpeza do corpo de borboletas	SV	1,000	0,0000	0,0000
3826	Serviço de sangria dos freios	SV	1,000	0,0000	0,0000
3823	Serviço de scanner	SV	1,000	0,0000	0,0000
3822	Serviço de teste e limpeza do sistema de arrefecimento	SV	1,000	0,0000	0,0000
3821	Serviço para revisão dos freios completo	SV	1,000	0,0000	0,0000
3825	Serviço reparo no chicote elétrico	SV	1,000	0,0000	0,0000
3827	Serviço retirada de vazamento de óleo do carter	SV	1,000	0,0000	0,0000
				Total	0,00

Local de Entrega

Qtde Parcelas 1
Justificativa

Os Produtos / Serviços constantes desta Requisição estão previstos no Orçamento Vigente e há saldo orçamento para cobrir a despesa.

Convênio:

Solicitado em

__/__/__

Ordenador da Despesa

__/__/__

Carimbo/Assinatura

Secretário
Carimbo/Assinatura





DATA: 18/02/2025

ASSINATURA RESPONSÁVEL:

SAEIGUATAMA - MG
FL. 10



CNPJ: 53.437.473/0001-17

Telephone: 37 99198-1293

DATA: 02/03/2026

Veículo: STRADA

Quantidade	Produto ou Serviço	Preço Unitário	Preço Total
1	LIMPEZA DO CORPO DE BORBOLETAS	R\$ 190,00	R\$ 190,00
1	REPARO NO CHICOTE ELETRICO	R\$ 275,00	R\$ 275,00
1	SANGRIA DOS FREIOS NA MAQUINA	R\$ 130,00	R\$ 130,00
1	RETIRADA DE VAZAMENTO DE OLEO DO CARTER	R\$ 240,00	R\$ 240,00
VALOR TOTAL			R\$ 835,00

LEANDRO RIBEIRO NUNES ASSUNÇÃO:

1/2/20

CNPI: 43.984.423/0001-04

Telephone: 37 99995-3412

Veículo: STRADA

DATA: 02/03/2025

[illegible]

JESSÉ CALEB CAMARGO



SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA

RUA DEZOITO, 61

BAIRRO CENTRO

Iguatama, MG

CNPJ.: 23.441.261/0001-42

SCOM - Sistema de Administração de Compras

Mapa de Preço Médio - Cotação de Itens por SD

Solicitação de Despesa: 14 / 2026 - 1

Fone...: 0**37-3353-2972

Fax...: 0**37-3353-2972

CEP...: 38.910-000



Seq	Un	Quantidade	Código	Especificação	Vlr. Unitário Médio	Vlr. Total Médio
0001	SV	1,000	00003824	Serviço de limpeza do corpo de borboletas	185,000	185,000
0002	SV	1,000	00003826	Serviço de sangria dos freios	125,000	125,000
0003	SV	1,000	00003823	Serviço de scanner	153,333	153,333
0004	SV	1,000	00003822	Serviço de teste e limpeza do sistema de arrefecim	360,000	360,000
0005	SV	1,000	00003821	Serviço para revisão dos freios completo	615,000	615,000
0006	SV	1,000	00003825	Serviço reparo no chicote elétrico	281,667	281,667
0007	SV	1,000	00003827	Serviço retirada de vazamento de óleo do carter	216,667	216,667
Valor Médio Total:						1.936,667





Iguatama-MG, 04 de março de 2026.

Assunto: Indicação de Fichas Orçamentárias
Dispensa de Licitação: 010/2026
P.A.L: 009/2026

Ao Departamento de Licitação:

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.

Setor de Administrativo
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Fonte: 501

24. 17 512. 0447 3. 3. 90. 36.00. 00 01 0501 0000 0000 - Outros Recursos não Vinculados	501	2.087 - Operação e Manutenção do Sistema de Água	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
--	-----	--	--

EDNEI LOPES CAMARGOS:
7182961067
8
Assinado de forma digital por EDNEI LOPES CAMARGOS:71829610678
Dados: 2026.03.04 16:02:31 -03'00'

Ednei Lopes Camargos
Diretor SAAE

Atenciosamente,

PATRIK JOSE DA SILVA:12280696622
0696622
Assinado de forma digital por PATRIK JOSE DA SILVA:12280696622
Dados: 2026.03.04 17:41:53 -03'00'

Patrick José Silva
Contador CRC MG 124662/O-5

Autorização

Autorizo a abertura de Processo Administrativo de Licitação que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.**

Iguatama/MG, 04 de março de 2026.

EDNEI LOPES
CAMARGOS:7
1829610678

Assinado de forma digital
por EDNEI LOPES
CAMARGOS:71829610678
Dados: 2026.03.04
16:03:39 -03'00'

Ednei Lopes Camargos

Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama-MG.



AUTUAÇÃO

Modalidade de Licitação

O Processo Administrativo de Licitação nº 010/2026 que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE**. Foi **AUTUADO** sob a modalidade compra direta 009/2026.

Iguatama/MG, 05 de março de 2026.

Thalita Tabata Assis
Departamento de Licitação
Agente de Contratação

PARECER JURÍDICO – AUTUAÇÃO COMPRA DIRETA

Parecer Jurídico nº: 12/2026 ASSJUR

Processo Licitatório nº: 10/2026

Compra direta nº: 009/2026



Assunto: Compra direta com a finalidade de aquisição de peças e serviços de manutenção de veículo Strada FIAT QUB - 5163 que compõe a frota do SAAE, por hora, para realização de manutenção de veículo utilizado nas atividades diárias no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Iguatama/MG.

DIREITO ADMINISTRATIVO.
DISPENSA. ANÁLISE DA MINUTA DE
AUTUAÇÃO E SOLICITAÇÃO DO
SETOR OPERACIONAL DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo, dispensa de licitação, por meio de compra direta, com finalidade de aquisição de peças e serviços de manutenção de veículo Strada FIAT QUB - 5163 que compõe a frota do SAAE, por hora, para realização de manutenção de veículo utilizado nas atividades diárias no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Iguatama/MG, fundamentada com os preceitos da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais Decretos Municipais vigentes.

Os autos foram instruídos com os documentos necessários, conforme discriminado pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Consoante se extrai do procedimento a necessidade de aludida contratação foi devidamente justificada em documentação elaborada pelo setor operacional da autarquia.

O Setor de Licitações encaminhou os autos para avaliação jurídica por parte desta Assessoria Jurídica, levando-se em consideração o disposto no artigo 53, §4º, da Lei Federal n. 14.133/21.

É o relatório.



2. ANÁLISE JURÍDICA

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei nº 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta das compras e serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “*in abstracto*”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da

matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação



pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



Conforme justificativa apresentada pelo setor operacional, considerando que o SAAE dispõe apenas de duas caminhonetes para a execução de todas as suas funções operacionais e que a supracitada em edital apresenta avarias, comprometendo a continuidade dos serviços essenciais de abastecimento e saneamento, e diante da inexistência de oficina especializada para esses serviços específicos que o veículo precisa no município, optou-se pela contratação direta visando à imediata recuperação do veículo, garantindo a continuidade das atividades indispensáveis e evitando prejuízos à coletividade, observando os princípios da legalidade, eficiência e razoabilidade.

Ou seja, a utilização do veículo é necessária para a realização dos serviços essenciais e funcionais da autarquia, diariamente.

Devidamente instruído, o processo fora remetido a esta Assessoria Jurídica, para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação de mão de obra especializada, bem como de peças para realização dos serviços mencionados anteriormente.

Desta feita, como previsto na norma superior, a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, parágrafo 7º da Lei Federal nº 14.133/21, que permite a realização do Compra Direta e que também exige a formalização e motivação da demanda para contratações diretas, garantindo a economicidade, a eficiência e o interesse público na aplicação dos recursos.

Com efeito, conforme previsto na norma retrocitada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, Parágrafo 7º, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta, todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Sendo tal possibilidade, conforme se aplica ao caso em tela, discriminada no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), o qual discrimina que:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) Vigência (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência (Vide Decreto nº 12.343, de 2024).

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças. (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) Vigência (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência (Vide Decreto nº 12.343, de 2024).

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de contratação direta dos serviços, desde que, o valor dispendido no exercício financeiro em curso, para custear a despesa, não seja superior a cinquenta mil reais.

Nessa vereda, e seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendo ser perfeitamente possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21 a saber:



“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - Razão da escolha do contratado;

VII - Justificativa de preço;

VIII - Autorização da autoridade competente”.

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Consta, ainda, estimativa da despesa, mediante pesquisa direta, através de solicitação formal de cotação e justificativa pela não utilização de pesquisa de preço em bancos de dados públicos.

Nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei, e a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres

públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Compulsando os autos do processo, verifico que a proposta se amolda perfeitamente nos valores previstos no Artigo 75, inciso II e Parágrafo 7, da Lei nº 14.133/2021.

Da análise do dispositivo acima, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que, ao estabelecer a licitação como regra, o legislador buscou garantir que a licitação alcançasse suas finalidades essenciais, quais sejam, igualdade de tratamento entre os diversos interessados em contratar com a administração pública, somada à possibilidade de escolher dentre as ofertas apresentadas, aquela que for mais vantajosa ao interesse público.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade. Além disso, a contratação direta não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

3. DA PUBLICIDADE DOS ATOS NO PNCP

Em resposta à consulta formulada sobre a possibilidade de utilização imediata da dispensa de licitação por valor prevista na nova Lei de Licitações e Contratos, sem que o PNCP, criado pelo artigo 174, da referida Lei, estivesse disponível e as regulamentações de dispositivos legais fossem concluídas, o TCU decidiu, no acórdão 2458/2021-TCU-Plenário, que é possível a utilização do artigo 75, I e II, da Lei 14.133/2021 por órgãos não vinculados ao Sistema de Serviços Gerais (Sisg), do grupo chamado órgãos 'não-Sisg', em caráter transitório e excepcional, até que sejam concluídas as medidas necessárias ao efetivo acesso às funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Nesse caso, em reforço à transparência e às publicidades necessárias às contratações diretas, a publicação do ato que autoriza a dispensa ou do extrato decorrente do contrato deverá ser realizada, no mínimo, em sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, utilizando-se o Diário Oficial da União (DOU) como mecanismo complementar ao portal digital do órgão, até a efetiva integração entre os sistemas internos e o PNCP.



Para o Ministro Relator: “Em resumo, não me parece razoável que seja vinculada a eficácia de uma nova lei, que traz expressamente em seu art. 194 o comando de que ‘entra em vigor na data de sua publicação’ (1º/4/2021), à necessária utilização de um Portal previsto em seu próprio texto. A referida eficácia da norma somente poderia ser limitada mediante previsão expressa no corpo da lei em análise”.

O Tribunal de Contas de Minas Gerais, em resposta à consulta de um prefeito, decidiu que municípios com mais de vinte mil habitantes podem aplicar a Lei 14.133/2021, mesmo durante o período em que o (PNCP) ainda não havia sido implementado. Alternativamente, podem utilizar, antes da implementação do PNCP, sítio eletrônico oficial ou, ainda, caso não disponham do sítio eletrônico, divulgar em diário oficial as informações exigidas pela Lei 14.133/2021. (Processo 1104835 – Consulta. TCE MG Pleno. Deliberado em 6/10/2021).

A implantação do PNCP, ocorreu em 9 de agosto de 2021. O relator propôs a fixação de prejulgamento de tese, com caráter normativo, no sentido de que:

a) a Lei nº 14.133/2021 tem aplicação imediata para os Municípios com mais de vinte mil habitantes, mesmo durante o período em que o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ainda não havia sido implementado;

b) os Municípios com mais de vinte mil habitantes que dispõem de sítio eletrônico oficial, que a Lei n. 14.133/2021 em seu art. 6º, inciso LII, conceitua como sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, poderiam, antes da implementação do PNCP, divulgar e realizar as respectivas contratações em tal local;

c) os Municípios com mais de vinte mil habitantes que não dispõem do referido sítio eletrônico oficial, poderiam, antes da implementação do PNCP, divulgar as informações que a Lei n. 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial mediante publicação em diário oficial, admitida a publicação de extrato, e, ainda, deveriam disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Tribunal de Contas do Maranhão também já tinha decidido sobre. Para fins de cumprimento do princípio da publicidade, à luz da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), enquanto não tivesse sido criado e regulamentado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerava-se



atingida a finalidade da lei, a divulgação dos avisos e editais de licitações em sítio eletrônico oficial, bem como no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo do cumprimento das normas específicas de controle externo, com fundamento no artigo 169 e seguintes do mesmo diploma. **Decisão 143/2021 TCE Maranhão Plenário.**

O presente caso se refere a uma consulta formulada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa.

A sessão plenária ocorreu no dia 14 de Abril de 2021 e foi decidida por unanimidade pelos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos termos do relatório e voto do Relator, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

É cediço que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é sítio eletrônico oficial destinado à: I – divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei; II – realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos, conforme disposto no artigo 174, da Nova Lei.

Percebemos que a Nova Lei se trata de norma geral, aplicável, por disposição expressa normativa, para todos os entes federados.

Desse modo, podemos concluir que, com a sanção da Lei nº 14.133/2021, o veículo oficial de divulgação dos atos relativos às licitações e contratações públicas passa a ser o Portal Nacional de Contratações Públicas.

Para reforçar esse entendimento, transcrevo aqui, dentre outras referências, dois dispositivos da citada norma versando sobre a publicidade dos atos licitatórios e contratuais no PNCP. Primeira está contida no artigo 54, que assim dispõe:

“Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”.

Já a segunda, está no artigo 94. Vejamos:

“Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do

contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I – 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II – 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade. Referidas normas podem induzir a 2 conclusões distintas, ambas, claro, defensáveis, afinal, interpretação implica a busca do melhor significado, dentre os vários possíveis, de um determinado texto normativo”.



Destacamos aqui que é possível a aplicação imediata da Nova Lei de Licitações, independentemente da criação do PNCP, contanto que a divulgação dos respectivos atos ocorra em sítio eletrônico oficial, de forma centralizada, e com acesso ao público.

Então, se a Lei está vigente, portanto, ela pode ser aplicada.

Veja que o legislador, em momento algum, vinculou a vigência da Lei à criação do Portal Nacional de Contratações Públicas, o que pode levar a outra conclusão no que tange à aplicabilidade imediata da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, entendo que o relevante e de interesse público é que ocorra efetivamente a publicação dos instrumentos convocatórios e dos extratos dos contratos, cumprindo dessa forma o princípio constitucional da publicidade.

Assim, concluímos que o a Lei de Licitações está plenamente válida e eficaz, podendo ser utilizada no caso contrato.

Antes de finalizar, compete ressaltar que, o parecer aqui exarado não contempla as hipóteses de fracionamento da despesa, cabendo ao gestor a adoção das medidas administrativas necessárias para evitar o fracionamento da despesa através de contratações formalizadas por dispensa de licitação, pois tal conduta além de ilegal caracterizará afronta as normas e princípios que norteiam a licitação.

4. CONCLUSÃO

Antes de concluir, é importante esclarecer que, apoiado nos sábios ensinamentos do doutrinador **HELY LOPES MEIRELLES**, todas as considerações aqui expostas, trata-

se de uma opinião técnica, de caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou aos particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente.



No caso de Dispensa de Licitação, a legislação não impõe regras objetivas quanto à quantidade de empresas chamadas a apresentarem propostas e a forma de seleção da contratada, mas determina que essa escolha seja justificada (Acórdão 2186/2019 TCU Plenário).

Por fim, recomendo ao setor requisitante que sempre analise toda a documentação necessária da empresa que apresentou melhor proposta, para verificação da regularidade fiscal e trabalhista.

Assim, observadas as prescrições suscitadas acima, vislumbro de plano a existência de autorização legal para contratação direta dos serviços.

Sendo assim, a celebração do contrato não afronta os princípios reguladores da Administração Pública, e neste caso é absolutamente possível a contratação na forma prevista no artigo 75, parágrafo 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, observadas as prescrições exaradas nesse parecer, opino favoravelmente pela possibilidade de compra direta de peças e serviços de manutenção para serem utilizadas no veículo por parte do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de IGUATAMA/MG.

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e quaisquer considerações das autoridades competentes.

Iguatama/MG, 09 de março de 2026

MARCELA A. S. CAMPOS

OAB/MG 174.432

ASSESSORA JURÍDICA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 52.818.022/0001-67
Certidão nº: 2699712/2026
Expedição: 12/01/2026, às 14:18:19
Validade: 11/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 52.818.022/0001-67, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 52.818.022/0001-67
Razão Social: 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO
Endereço: RUA 163 70 / BELA VISTA / IGUATAMA / MG / 38910-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/02/2026 a 29/03/2026

Certificação Número: 2026022803256316664330

Informação obtida em 10/03/2026 14:26:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO
CNPJ: 52.818.022/0001-67

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:20:21 do dia 12/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/07/2026.

Código de controle da certidão: **E91B.FED6.696C.8C8C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

VOCÊ ESTÁ AQUI: [Home](#) > [Cadastro Centralizado de Contribuinte](#)

Identificação

CNPJ-B: 52.818.022

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

Relação de Contribuintes

UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF Endereço
MG - 31	<u>52.818.022/0001-67</u>	47560060099	IE Normal	Habilitado	Sem restrição	MG

UF CNPJ IE Tipo IE Situação IE Situação CNPJ

UF
EndereçoContribuinte Histórico Mesmo CNPJ em todas as UF

Identificação do Contribuinte

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

Nome da Empresa:

MG - 31

UF:

52.818.022/0001-67

CNPJ:

Sem restrição

Situação CNPJ:

47560060099

Inscrição Estadual (IE):

Habilitado

Situação IE:

IE Normal

Tipo IE:

4520001

CNAE Principal

10/11/2023

Data Situação na UF:

Dados do Contribuinte

08/11/2023

Nome Fantasia:

Data Início Atividade:

SIMEI

Data Fim Atividade:

Regime de Tributação:

Obrigatória

Informação da IE como Destinatário:

Microempreendedor Individual (MEI)

Porte da Empresa:

4520001

CNAE Principal:

Não informado

Crédito Presumido:

Não

Tipo Produtor:

Dados de Endereço



UF	CNPJ	IE	Tipo IE	Situação IE	Situação CNPJ	UF de Origem	Endereço
	3130309 - Iguatama						Município IBGE:
	MG						UF de Localização:
	R 163						Logradouro:
	70						Nro:
	BELA VISTA						Complemento:
	38910000						Bairro:
							CEP:

Voltar

			REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 52.818.022/0001-67 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/11/2023	
NOME EMPRESARIAL 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)					
LOGRADOURO R 163		NÚMERO 70		COMPLEMENTO *****	
CEP 38.910-000	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA	MUNICÍPIO IGUATAMA		UF MG	
ENDEREÇO ELETRÔNICO MRCONTABILARCOS@GMAIL.COM		TELEFONE (37) 3351-2386			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/11/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/11/2023** às 11:36:29 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
12/01/2026CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
12/04/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004756006.00-99

CNPJ/CPF: 52.818.022/0001-67

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R 163

NÚMERO: 70

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BELA VISTA

CEP: 38910000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: IGUATAMA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2026000954825841

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CPF

000.720.826-07

CNPJ

52.818.022/0001-67

Data de Abertura

08/11/2023

Nome Empresarial

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

Nome Fantasia

Capital Social

10.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

08/11/2023

Endereço Comercial

CEP

38910-000

Logradouro

RUA 163

Número

70

Bairro

BELA VISTA

Município

IGUATAMA

UF

MG

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

1º período

Início

08/11/2023

Fim

-

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Mecânico(a) de veículos independente

Atividade Principal (CNAE)

4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

Ocupações Secundárias

Comerciante independente de peças e acessórios novos para veículos automotores

Comerciante independente de peças e acessórios usados para veículos automotores

Comerciante independente de lubrificantes

Atividades Secundárias (CNAE)

4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

4530-7/04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores

4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento



Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>.

Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SAE IGUATAMA
FL. 10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Maria Aparecida Ferreira de Almeida

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ABRIL

GUATAMA - MG
FL. 42

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	89-8.444.372	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/11/2010
NOME	MARIA APARECIDA FIRME DECLINO		
FILIAÇÃO	GERALDO FIRME		
NATURALIDADE	MARIA DAS DORES DA SILVA FIRME		
FORMIGA-MG	DATA DE NASCIMENTO		
DOC ORIGEM	CAE LV-125011-1987	17/7/1967	
ICULATAMA-MG	CPF		
00730522-07	LEITICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR		
LEI Nº 114 DE 29/08/83			



DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO, com sede a rua 163, N° 86 – Bairro Bela Vista – Igatama/MG, inscrita no CNPJ sob o n° 52.818.02/0001-67, neste ato representada pelo proprietária Maria Aparecida Firme Deolino, portador da Carteira de Identidade n° MG3.444.372, inscrito no CPF sob o n° 000.720.826-27, para fins de participação na Dispensa Eletrônica n° 032/2025, DECLARA ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Igatama/MG, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Igatama, 09 de março de 2026.

Maria Aparecida Firme Deolino

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CNPJ: 52.818.022/0001-67

Maria Aparecida Firme Deolino

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE



52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO, com sede a rua 163, N° 86 – Bairro Bela Vista – Iguatama/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 52.818.02/0001-67, neste ato representada pelo proprietária Maria Aparecida Firme Deolino, portador da Carteira de Identidade nº MG3.444.372, inscrito no CPF sob o nº 000.720.826-27, DECLARA ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama/MG, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea nem suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso III do artigo 156 da 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Iguatama, 09 de março de 2026.

Maria Aparecida Firme Deolino

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CNPJ: 52.818.022/0001-67

Maria Aparecida Firme Deolino

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA



52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO, com sede a rua 163, N° 86 – Bairro Bela Vista – Iguatama/MG, inscrita no CNPJ sob o n° 52.818.02/0001-67, neste ato representada pelo proprietária Maria Aparecida Firme Deolino, portador da Carteira de Identidade n° MG3.444.372, inscrito no CPF sob o n° 000.720.826-27, DECLARA ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama/MG, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei n° 14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no art. 18, XII da Lei 12.708/2012. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Iguatama, 09 de março de 2026.

Maria Aparecida Firme Deolino

52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

CNPJ: 52.818.022/0001-67

Maria Aparecida Firme Deolino



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
RUA DEZOITO N° 61-CENTRO
IGUATAMA-MG- CEP: 38.910-000
CNPJ: 23.441.261/0001-42- TEL: (37)3353-2972



RATIFICAÇÃO – O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG, torna pública a **RATIFICAÇÃO** do Processo licitatório n° 010/2026 modalidade Compra Direta N° 009/2026, que por objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE. Ratifico a contratação da empresa 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO**, inscrita no CNPJ N° 52.818.022/0001-67 com o valor global de **R\$ 1.880,00 (um mil oitocentos e oitenta reais)**. A presente contratação possui amparo legal no artigo 75, §7° da Lei 14.133/202. Iguatama/MG, 09 de março de 2026 – **Ednei Lopes Camargos - Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG.**

Ednei Lopes Camargos
DIRETOR DO SAAE

EDNEI LOPES
CAMARGOS:7
1829610678
Assinado de forma digital por EDNEI LOPES CAMARGOS:71829610678
Dados: 2026.03.09 15:35:18 -03'00'

Esgoto Sanitário Marzagão MG. Contratada: ACOEM BRASIL LTDA. CNPJ :00.900.716/0001-45. Valor Total da Contratação: R\$ 82.756,80 (oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Publicado por:
Lucimar Rodrigues Pereira Amorim
Código Identificador:312DA1CF

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA - SAAE
RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 0102026
COMPRA DIRETA 0092026

RATIFICAÇÃO – O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG, torna pública a **RATIFICAÇÃO** do Processo licitatório nº 010/2026 modalidade Compra Direta Nº 009/2026, que por objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE**. Ratifico a contratação da empresa 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO, inscrita no CNPJ Nº 52.818.022/0001-67 com o valor global de R\$ 1.880,00 (um mil oitocentos e oitenta reais). A presente contratação possui amparo legal no artigo 75, §7º da Lei 14.133/2026. Iguatama/MG, 09 de março de 2026 – **Ednei Lopes Camargos - Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama-MG.**

ESTADO DE MINAS GERAIS
EDNEI LOPES CAMARGOS
Diretor do SAAE

Publicado por:
Thalita Tabata de Assis
Código Identificador:287739D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMBUI

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 008/2026 - PRC Nº 020/2026.
Objeto: Registro de Preços para o fornecimento de combustíveis (gasolina, etanol e diesel) destinados aos veículos e máquinas pertencentes à frota do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cambuí-MG, durante o período de 01 (um) ano, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência do presente edital. A abertura será dia 23 de março de 2026 às 8h30min. Edital na íntegra à disposição no site: <https://www.saaecambui.mg.gov.br/transparencia/licitacoes> ou pelo e-mail: licitacoes@saaecambui.mg.gov.br.

PHELIPE CARNEIRO –
Diretor.

Publicado por:
Maria Aparecida Ferreira
Código Identificador:E3B7AA94

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IPANEMA

SAAE IPANEMA MG
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÕES EM DIÁRIOS OFICIAIS E TRIBUNAIS, COM ENVIO ELETRÔNICO DE RECORTES DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 08/2026.

Dispensa de Licitação, nos termos do art. 14, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento e acompanhamento de publicações em diários oficiais e tribunais, com envio eletrônico de recortes de interesse do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

Contratada: Grifon Brasil Assessoria Ltda.

Valor Global: R\$ 1.457,52 (um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Data da autorização da contratação: 06/03/2026

Ipanema/MG, 09 de março de 2026.

Publicado por:
Bárbara Bela Riguete Moura
Código Identificador:EB1BCD48

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2026,
008/2026 E 009/2026

O SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 002/2026, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG. EMPRESAS VENCEDORAS:**

ATA 007/2026

FORNECEDOR: GRIPP CONFECÇÕES LTDA

CNPJ: 29.638.619/0001-08

VALOR: 6.100,00 (seis mil e cem reais).

VIGÊNCIA: 04/03/2026 à 04/03/2027.

ATA 008/2026

FORNECEDOR: PETTER UNIFORMES LTDA

CNPJ: 16.996.110/0001-95

VALOR: 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 04/03/2026 à 04/03/2027.

ATA 009/2026

FORNECEDOR: ALTAIR VITORINO 04944322682

CNPJ: 22.447.555/0001-19

VALOR: 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 04/03/2026 à 04/03/2027.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:60AA8770

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Após cumpridas as formalidades, considerando a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação, e a seleção realizada através do critério MENOR PREÇO, **AUTORIZO** a realização da Dispensa de Licitação nº 001/2026, através do Processo Administrativo nº 001/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para o fornecimento de hidrômetros, conforme especificações constantes no Termo de

Autorização de Empenho nº	Autorização de Compras nº
99 / 2026 - 10/03/2026	99 / 2026 - 10/03/2026

Processo	10/2026	Situação da ACS:	01 - ATIVA
Licitação	10.9/2026	Requisição de Compras nº	0
Contrato			

Fornecedor 1484 - 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO

52.818.022/0001-67
Fone:(37) 3351-2386
Fax: (37) 3351-2386

Endereço 163 N^o

Cidade Iguatama UF MG

Tipo de Despesa

Nº da Dotação	Grupo	Especificação	Detalhe	Sub Detalhe	Descrição
25 / 2026	1	753	0	0	Recursos p
Funcional	N 17	512 0447 2 0187	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO		
Econômica	3 3 90 39	Outros Serviços de Terceiros - Pe			
Nº da Nota	Nr. do Empenho				

Valor Unitário	Valor Total
180,0000	180,0000

120,000	120,000
---------	---------

150,000 150,000

350,000 350,000

350,000 350,000

Desconto	R\$	0,0000
Imposto	R\$	0,0000
Despesa	R\$	0,0000
Total da A.C.S	R\$	880,0000

Departamento de Compras

Página

Usuário: thalita

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE

Insc Estadual 23.441.261/0001-42
Insc. Municipal 0
Endereço DEZOITO, 61
Cidade Iguatama - MG
Fone: 0**37-3353-2972

Autorização de Empenho nº
99 / 2026 - 10/03/2026

Autorização de Compras nº
99 / 2026 - 10/03/2026

Processo 10/2026
Licitação 10.9/2026
Contrato
Situação da ACS: 01 - ATIVA
Requisição de Compras nº 0

Solicitação de Despesas Nr. 14 / 2026 - 1
Secretaria de Origem ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SAAE
Divisão de Origem SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
Seção de Origem SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Número do Pedido Nenhum Pedido Encontrado
Tipo de Despesa Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Local de Entrega

Fornecedor 1484 - 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO
52.818.022/0001-67 Fone: (37) 3351-2386 Fax: (37) 3351-2386
Endereço 163 N° 70
Cidade Iguatama UF MG

Nro da Dotação 25 / 2026
Grupo 1
Especificação 753
Detalhe 0
Sub Detalhe 0
Descrição Recursos provenientes de taxas e contribuições
Funcional 17 512 0447 2 0187 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AGUA
Econômica 3 3 90 39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Nr da Nota
Nr. do Empenho
Tipo de Empenho Ordinário

Item	Quantidade	Und	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3821	1,0000	SV		600,0000	600,0000
Serviço para revisão dos freios completo					
3825	1,0000	SV		280,0000	280,0000
Serviço reparo no chicote elétrico					
3827	1,0000	SV		200,0000	200,0000
Serviço retirada de vazamento de óleo do carter					

Histórico...: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.

É Obrigatório anexar esta autorização à nota fiscal.

Desconto	RS	0,0000
Imposto	RS	0,0000
Despesa	RS	54,4000
Total da A.C.S	RS	1.880,0000



Emitido em 11/03/2026

Departamento de Compras

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA

Endereço: DEZOITO, 61

Bairro: CENTRO

Cidade: Iguatama - MG

CNPJ: 23.441.261/0001-42

CEP.: 38910000

FI
Data 10/03/2026
Ficha 28
Exercício 2026

Autorização de Empenho Nº**99**

Nro. da Autorização de Compras/Serviços

99 / 2026

Nro. da Requisição de Compras/Serviços

0 / 0

Nro. da Solicitação de Despesas

14 / 2026 - 1

Classificação Orçamentária

Orgão 04 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SAAE
Unidade 01 SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE
Sub-Unidade 01 SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO
Funcional 17 512 0447 2 0187 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AGUA
Econômica 3 3 90 39 00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Tipo de Empenho 1 Ordinário
Fonte de Recurso Descrição
1 753 0 0 Recursos provenientes de taxas e contribuições

Valor
1.880,00

Licitação

Modalidade da Licitação Dispensa

Licitação 9

Proc.Adm

10 / 2026

Favorecido

Favorecido 1.484 52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO
CNPJ/CPF 52.818.022/0001-67
Endereço 163
Cidade Iguatama

Fone (37) 3351-2386
Número 70
U.F. MG

CEP 38910000

Autorização

Valor da Ordem de Compra 1.880,00

Histórico

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.

Seção de Compras

Hedrumon Andrade da Silva
GESTOR

CPF: 110.292.456-30

Documento recebido em ____/____/____

Thalita Tábata de Assis
LIQUIDADOR
CPF: 088.168.746-43

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA
SALC - Sistema de Administração de Licitações e Contratos
PUBLICENTER - Sistema Integrado Para Gestão Pública.
Relação de dados da abertura do processo.



DADOS DO PROTOCOLO

Número/Ano	0000010/2026	Forma de solicitação	Ofício
Data do protocolo	09/03/2026	Rota	0001
Tipo de processo	Licitações em Geral	Orgão receptor	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Assunto	Abertura de Licitação	Unidade recebedora	Departamento de Licitação
Sub Assunto	Autuação do Processo	Setor recebedor	Departamento de Licitação
Justificativa	Atender as Necessidades do Município	Responsável	Thalita Tabata de Assis
Requerente	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO		

DADOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

Nº do processo/Ano	0000010/2026	Orçamento	Não Sigiloso	Natureza do objeto	Compras e outros serviços	
Data de Processo	09/03/2026			Critério de julgamento	1 - Menor preço	
Código/Ano da portaria	0000002/2026 - 3			Forma de pagamento	30 dias	
Modalidade	08 - Dispensa	Nº	0009	Data de entrega dos envelopes	09/03/2026	Hora 09:00
Descrição pessoal	00010 - COMPRA DIRETA			Julgamento	09/03/2026	Hora 12:00
Natureza do procedimento	1 - Normal			Diversas secretarias		
Orgão gestor	SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO					

RESPONSÁVEIS

Nome do responsável	Documento	Responsabilidade
000015 - Ednei Lopes Camargos	718.296.106 - 78	01 - Autorização para abertura do procedimento de dispensa ou inexigibilidade
000007 - ISABELLE KHRISTINE APARECIDA PEIXOTO SILVA	122.982.696 - 37	02 - Cotação de preços
000010 - PATRIK JOSÉ DA SILVA	122.806.966 - 22	03 - Informação de existência de recursos orçamentários
000015 - Ednei Lopes Camargos	718.296.106 - 78	04 - Ratificação
000005 - THALITA TABATA DE ASSIS	088.168.746 - 43	05 - Publicação em órgão oficial
000009 - MARCELA APARECIDA SILVA CAMPOS	109.850.246 - 90	06 - Parecer Jurídico

DOCUMENTOS PUBLICADOS

Órgão do Edital 040101 - SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO

Veículo de divulgação	Documento publicado	Data
ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICIPIOS	Aviso de Licitação	10/03/2026

SOLICITAÇÃO DE DESPESA

Secretaria 040101/2026 - SECAO DE ADMINISTRACAO AGUA E ESGOTO

Número da requisição

Número da S.D. 000014/2026 - 1

DOTAÇÕES DO PROCESSO

Nenhuma dotação encontrada

OBJETO DA LICITAÇÃO

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.



Processo Administrativo 10 / 2026

Modalidade : 9 / 2026 COMPRA DIRETA

Finalidade Pretendida

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PARA O VEÍCULO CAMINHONETE FIAT STRADA, PLACA QUB-5163, DA FROTA DO SAAE.

Empresas Concorrentes

Nome Fornecedor	52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO	
Endereço	163	Numero 70
Bairro	Bela vista	
Nome Cidade	Iguatama	UF MG
CEP	38.910.000	
Telefone	(37) 3351-2386	
CNPJ	52.818.022/0001-67	Inscrição Estadual Isento
Valor	1.880,00	
Condição de Pgto	30 dias	

Empresa Vencedora

Nome Fornecedor	52.818.022 MARIA APARECIDA FIRME DEOLINO	
Endereço	163	Numero 70
Bairro	Bela vista	
Nome Cidade	Iguatama	UF MG
CEP	38.910.000	
Telefone	(37) 3351-2386	
CNPJ	52.818.022/0001-67	Inscrição Estadual Isento
Valor	1.880,00	
Condição de Pgto	30 dias	

Observação:

Iguatama, 9 de MARCO de 2026

Membros da Comissão Julgadora

Agente de Contratação :	Equipe de Apoio :
Equipe de Apoio :	Equipe de Apoio :

Carimbo/Assinatura